

1. INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal para aprovação o início do procedimento de revisão regulamentar na parte G3 – Equipamentos Municipais - Parque de Campismo.

PROPOSTA

ASSUNTO: Parque de Campismo


Havendo necessidade de proceder à regulamentação do “Serviço de Reserva Anual de Espaço” e ao “Alojamento em POD’s – Bungalows” (novas unidades de alojamento disponíveis no Parque de Campismo), entende-se que deverão ser alteradas e atualizadas as regras existentes no Código Regulamentar do Município de Braga, sobre o «Parque de Campismo».

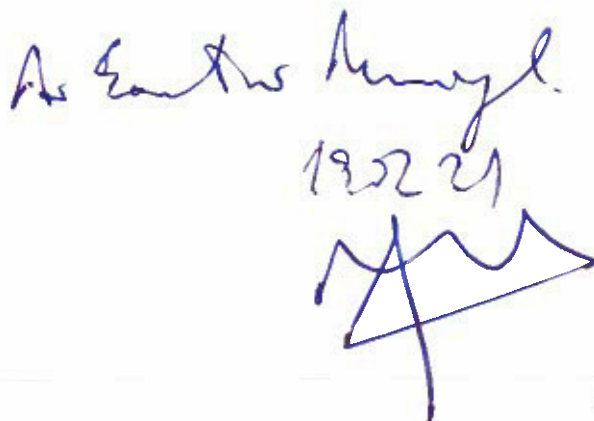
Neste seguimento, surge ainda a necessidade de alterar a Tabela de Preços (vd. Anexo).

Assim sendo, propõe-se que seja alterada a **Parte- G3 – Parque de Campismo** do CRMB -, conforme supra proposto e propostas anexas.

Braga, 31 de janeiro de 2019

O Vereador do Pelouro do Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor,


(Altino Bessa)



PROCESSO Nº 2019/100.10.400/6

Assunto: ALTERAÇÃO AO CRMB – PARQUE DE CAMPISMO

Informação de 21/02/2019

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

Concedido
21/2/2019
[Assinatura]

ANÁLISE

Pelo Pelouro do Ambiente, Energia e Desenvolvimento Rural, Turismo e Defesa do Consumidor, através de Proposta de 31/01/2019, foi solicitada a alteração das disposições referentes ao Parque de Campismo (**DOCUMENTO Nº 1**), com a seguinte justificação:

«Havendo necessidade de proceder à regulamentação do “Serviço de Reserva Anual de Espaço” e ao “Alojamento em POD’s – Bungalows” (novas unidades de alojamento disponíveis no Parque de Campismo), entende-se que deverão ser alteradas e atualizadas as regras existentes no Código Regulamentar do Município de Braga, sobre o «Parque de Campismo».

Neste seguimento, surge ainda a necessidade de alterar a Tabela de Preços (vd. Anexo).

Assim sendo, propõe-se que seja alterada a **Parte- G3 – Parque de Campismo** do CRMB -, conforme supra proposto e propostas anexas.»

PROCEDIMENTO DE TRABALHO Regulamentos Administrativos – Com Eficácia Interna Externa

PT-01-01-03 de 19/06/2018 – revisto em 03/07/2018

Verificação do cumprimento dos passos a seguir



«1. A **UO** elabora informação com a intenção de regulamentar/rever regulamento, com a devida fundamentação (**INCLUI**: fundamentação administrativa, análise custo-benefício, oportunidade), e encaminha para o decisor político (Vereador e/ou Presidente), precedida de parecer do respetivo Diretor Municipal, por forma a colher a sua opinião relativamente à pertinência da proposta».

Esta revisão regulamentação tem por base o processo que se iniciou com proposta da **Ex.mo Senhor Vereador, Engº Altino Bessa** (acima transcrita).

O processo foi então remetido a esta **Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso (DSJC)**.

«5. A **DSJC** cria um processo tipo 100.10.400 - Produção e comunicação de atos regulamentares locais, na Gestão Documental. »

Criado o processo nº 2019/100.10.400/6

«6. A **DSJC** elabora proposta de início de procedimento (MOD-01.01.13 - Aviso de Abertura do Período de Participação Procedimental). »

Em anexo – DOCUMENTO Nº 2

E, «7. Informa e envia proposta [dela devendo constar: considerações que justificam e fundam o desencadeamento do procedimento, pela indicação sucinta, mas precisa, do objeto do (o que se visa com o) procedimento (ou seja, qual a específica matéria normativa que vai ser regulada de novo ou alterada) e a proposta de a quem caberá a direção do procedimento (para efeitos de delegação da direção do procedimento)] ao **Presidente da Câmara**, para efeitos de envio ao Executivo Municipal».



INFORMAÇÃO/PROPOSTA

LEI HABILITANTE: ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alíneas e), ee) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Do processo que foi remetido a esta DSJC constam todas as informações necessárias para que o mesmo seja iniciado, ou seja, a proposta está devidamente fundamentada nos documentos que se anexam, e que aqui se dão por integralmente reproduzidos – **DOCUMENTO Nº 3, 4 e 5 (Regulamentação da Reserva Anual de Espaços, Regulamentação dos POD's e Proposta de alteração à Tabela de Preços)**

NOTA: Quanto às propostas de alteração à Tabela de Preços, estão as mesmas a ser analisadas pela Divisão Financeira.

Embora tenham sido apresentadas propostas de Novos Regulamentos, deve tratar-se não da elaboração de um regulamento autónomo, mas sim de disposições a incluir no CRMB, na Parte G – Equipamentos Municipais – Parque de Campismo.

As alterações propostas pretendem prever novas situações, inexistentes à data da elaboração do CRMB.

*

O processo está assim em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.



Depois de **aprovada a presente informação**, deverá o processo ser remetido ao **Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA)** para os **procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal** (Ordem de Trabalhos), para:

- Aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.
- **Posterior assinatura, pelo Sr. Presidente, do Aviso de Abertura**.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,

[Assinatura manuscrita]

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO
DE PROCEDIMENTO DE alteração ao
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA


Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2019, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar/Aditamento - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alíneas e), ee) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. A referida revisão pretende alterar a Regulamentação referente ao PARQUE DE CAMPISMO – **ALTERAÇÃO à Parte G do Código Regulamentar do Município de Braga – Equipamentos Municipais – Parque de Campismo.**
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

5. A formulação de sugestões ou contributos, bem como a constituição como interessados no procedimento regulamentar, deve ser efetuada por escrito, até ao termo do prazo, em suporte escrito, dirigidos à Câmara Municipal – Balcão Único, ou por via digital para o endereço eletrónico codigoregulamentar@cm-braga.pt, conforme MOD-01.01.16 - Minuta Participação Procedimental.

Braga, ____/____/2019.

O Presidente da Câmara Municipal,



(Ricardo Rio)